



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000883-44.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Katia Viviani Betinelli Piedade**
 Requerido: **Anderson Rafael Soares**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Embora se reconheça ter havido a intimação do réu para efetuar o pagamento da multa cominatória (fl.75), conforme bem lembrou a autora, anoto que anteriormente a essa determinação o réu foi também intimado a dar cumprimento na obrigação que lhe fora imposta no comando judicial (fl. 58). Ocasão em que alegou ter cumprido parcialmente a condenação no tocante à quitação do contrato de *leasing*, e argumentou que para o cumprimento da transferência necessitava da regularização do documento do veículo pela autora, o que somente veio a ocorrer em dezembro de 2014, quando então foi a mesma providenciada. É o que se se comprova pela documentação encartada às fls. 80/85, não contestada pela autora.

Analisando-se o primeiro documento assinado pela autora para essa finalidade (autorização para transferência de propriedade de veículo), que se encontra a fl. 10, vê-se que ela não possuía poderes para firmá-lo e conceder ao réu referida autorização, pois não detinha a propriedade plena do veículo à época, mas somente a sua posse, pois, a real propriedade pertencia à BFB LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL.

Dessa forma, não seria mesmo possível ao réu proceder à aludida transferência sem que para isso obtivesse a anuência da sua real proprietária. Nesse aspecto, aquele primeiro documento há de ser considerado somente como prova de que a transação descrita na inicial se efetivou.

De outro lado, a autora foi também intimada a regularizar tal situação a fim se possibilitar ao réu o cumprimento da sua obrigação (fl. 62).

Como isso somente veio a acontecer em dezembro p.p. e tendo o réu prontamente providenciado a transferência para o seu nome do veículo em questão, reputo que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

restou prejudicada a aplicação da astreinte estipulada na coisa julgada, respeitado o entendimento da autora no particular.

Isto posto, acolho as razões apresentadas pelo réu às fls. 77/79 e **JULGO EXTINTA** a presente ação em fase executiva, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

Transitada em julgado e feitas as anotações de estilo, destruam-se os autos com as cautelas de praxe.

P.R.I.

São Carlos, 02 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**